

REVOLUÇÕES E RELAÇÕES INTERNACIONAIS: O CASO AFRICANO

Paulo Fagundes Visentini¹

Introdução

Em 1974, durante a crise do petróleo, dois acontecimentos, aparentemente desconexos, sacudiram o continente africano e o colocaram no centro da agenda internacional. No mais antigo e longevo império africano, a Etiópia, ocorreu um golpe militar em fevereiro, que acabou com a monarquia em setembro, marcando o início de uma revolução e de um regime socialista. Em abril, por sua vez, o mais duradouro regime fascista europeu também foi derrubado (Revolução dos Cravos) e o primeiro (e último) império marítimo se desintegrou. Angola, Moçambique e os enclaves lusitanos na África obtiveram sua independência, sob a liderança de movimentos de libertação nacional de orientação marxista.

A luta armada de quinze anos nas ex-colônias portuguesas deu lugar, em 1975, a guerras civis e a um conflito internacional na África Austral, envolvendo Cuba e o Pacto de Varsóvia em apoio aos novos regimes, e a África do Sul e nações da OTAN ao lado de insurgentes. O Chifre da África, igualmente, se transformou em um ponto quente da Guerra Fria. Revoluções se convertiam em conflitos inter-estatais, como sempre, fomentando um acirrado debate entre acadêmicos internacionalistas. Afinal, qual é o lugar das Revoluções nas Relações Internacionais? Elas constituem uma disfunção dentro do sistema mundial? Aqui nos propomos a discutir a questão, com foco nas Revoluções africanas da década de 1970.

¹ Departamento de Economia e Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: paulovi@ufrgs.br

Revoluções: a dialética nacional e/ou mundial

O século XX, segundo Hannah Arendt, foi moldado por guerras e revoluções, mas a pesquisa e o ensino das relações internacionais têm tratado os dois temas de forma diferenciada. Há muitos cursos, centros especializados e revistas sobre a questão da guerra, mas a revolução como tema internacional tem sido negligenciada. Como lembrava Fred Halliday (1999), não há revistas especializadas na questão. Por outro lado, as “Revoluções Tardias” (anos 1970-1980) ocorreram durante a crise e a transformação da economia e do sistema mundial e tiveram efeitos importantes, mas foram vítimas do “Fim da História” (Fukuyama), como se o fim da Guerra Fria houvesse anulado seus impactos. É notável como até alguns acadêmicos pouco sabem dos processos que marcaram essas duas décadas, e apenas encaram a China e o Vietnã como Estados pós-revolucionários “Reformados” e o Irã, Cuba e Coreia do Norte como “Estados Renegados”.

A dimensão histórica é amplamente secundária na análise das relações internacionais contemporâneas, e necessita ser resgatada. Estudar a temática e o período é, assim, tanto uma questão histórica como teórica. As relações internacionais, como área dominada pela ciência política, tem sido um campo de estudos marcado por teorizações pouco embasadas e de caráter instrumental. Sem a autonomia internacional lograda por suas revoluções, China e Vietnã não teriam o desenvolvimento que agora possuem. Sem a construção do Estado, de elites dirigentes e das transformações sociais promovidas por processos revolucionários, a situação de Angola, Moçambique, Etiópia e Irã, por exemplo, não teriam permitido o atual protagonismo internacional dos mesmos.

Halliday (1983) observa que durante esse período, em pouco mais de uma década, ocorreram quatorze revoluções no Terceiro Mundo. Elas tiveram expressivo impacto regional, gerando tendências e contra-tendências, bem como violentos conflitos internacionalizados e guerras civis. Devido ao equilíbrio de poder então existente e às transformações por que passava a economia mundial, elas acabaram afetando o sistema internacional. Na segunda metade da década de 1970 encerrou-se a “Coexistência Pacífica” e teve início uma Segunda (ou Nova) Guerra Fria nos anos 1980. Tudo isso contribuiu para uma mudança profunda das relações internacionais, que teve como pivô a implosão do campo soviético e para o desequilíbrio de poder que se seguiu e ainda desestabiliza o sistema mundial (Fontaine 1995).

A análise dessas experiências internacionais propicia uma melhor compreensão do mundo Pós-Guerra Fria. Da mesma forma, a reflexão sobre

o impacto das revoluções nas relações internacionais deve partir de uma análise das experiências prévias, como as revoluções burguesas clássicas (inglesa, americana e francesa) como das socialistas (soviética, chinesa e cubana). Por fim, o exercício de investigação empírica permite dialogar com as correntes teóricas da área e propor elementos analíticos para relacionar a temática das revoluções nas relações internacionais.

O marco teórico desse artigo se fundamenta, primordialmente, nas análises desenvolvidas na obra *Revolution and world politics: The rise and fall of the sixth great power*.², de autoria de Fred Halliday, bem como em outros estudos do mesmo autor. Academicamente, as Relações Internacionais iniciaram como estudo da guerra como ato agressivo racional e deliberado, e não como a internacionalização de um conflito social. A própria Carta da ONU se preocupa com a ordem mundial como se ela fosse separada da situação interna dos Estados. Na mesma linha, a Ciência Política anglo-americana considera a Revolução como uma quebra de processos regulares. Até a publicação da obra de Theda Skocpol (que de certa forma atualiza o clássico de Barrington Moore Jr “As origens sociais da ditadura e da democracia”), as Revoluções eram encaradas como fenômenos internos. Jack Goldstone, por sua vez, enfatizou que fatores internacionais (tais como pressões econômico-fiscais e políticas de alianças desestabilizadoras) enfraqueciam o Estado e provocavam revoluções.

Realistas e neorealistas como Kenneth Waltz, ao não relacionarem as dimensões interna e externa, ignoram que a maioria das alianças visam impedir as revoluções dentro de Estados-membro. Certamente as Revoluções não podem escapar ao sistema previamente existente, mas elas forçam sua mudança e representam momentos de transição para um mundo novo, embora as Relações Internacionais as percebam como “colapso” (ou ruptura negativa, antissistêmica).

Cabe destacar que toda a revolução tenta internacionalizar-se, da mesma forma que a contrarrevolução (a qual busca a homogeneidade), geralmente sem sucesso. Assim, os limites da “exportação da Revolução” (ou da contrarrevolução), geram tréguas, redução da retórica ideológica e uma postura mais diplomática. Todavia, isso não significa que as revoluções tenham sido “socializadas”, pois, segundo Halliday (1999, 187),

enquanto suas ordens internas pós-revolucionárias permanecerem intactas, elas continuam a representar um desafio ao sistema de outros Estados.

2 Halliday, Fred. 1999. *Revolution and world politics: The rise and fall of the sixth great power*. London: Macmillan Press.

Para a sociologia histórica, o “internacional” criou o Estado, e não o contrário, e no tocante aos processos revolucionários aqui estudados em sua dimensão internacional, cabe ressaltar que guerras geram revoluções e vice-versa. Nos casos analisados, por exemplo, percebe-se que as revoluções dos anos 1970 levaram a guerras convencionais na periferia (com envolvimento indireto de grandes potências), para as quais a comunidade internacional não estava preparada. Além disso, no plano regional o maior impacto não é tanto a ação deliberada, mas o exemplo, que serve de catalizador contra a ordem estabelecida.

Mesmo o marxismo, que supostamente poderia explicar as revoluções que produz, possui limitações explicativas. Uma delas é ter poucos elementos para analisar as diferenças entre as várias revoluções e a persistência da questão nacional. Uma exceção se encontra em Brucan (1974). Outra é que a ênfase nos elementos “infraestruturais” o conduz a uma análise que privilegia as relações capitalistas sistêmicas em escala global. Paradoxalmente, pouca atenção é dada às possibilidades de revoluções. Wallerstein, por exemplo, aposta nos movimentos sociais antissistêmicos e Arrighi navega pelos ciclos econômicos sem encontrar-se com as revoluções nem lidar adequadamente com Estados pós-revolucionários como a China. Pensam o sistema internacional como um sistema socioeconômico global (capitalista) sobreposto a estruturas políticas secundárias.

Metodologicamente, Halliday sugere quatro instrumentos que podem ser utilizadas como elementos de pesquisa: a) **causa**: até que ponto o “internacional” produz a revolução; b) **política externa**: como os Estados Revolucionários conduzem as relações com outras nações; c) **respostas**: qual é a reação dos outros Estados; d) **formação**: como num período mais longo os fatores internacionais e do sistema mundial constroem o desenvolvimento interno pós-revolucionário dos Estados e condicionam sua evolução política, social e econômica.

Revoluções, a dimensão ausente na história das relações internacionais

Uma análise histórica mais profunda e objetiva nos mostra que o século XX foi marcado por diversas rupturas e experiências revolucionárias, em todos os continentes, com realizações e marcantes características intrínsecas e variadas. Além disso, elas marcaram a agenda internacional de maneira profunda e condicionaram a história mundial e o próprio capitalismo. Com as derrotas que marcaram os regimes de tipo soviético ou por eles apoiados, na passagem da década de 1980 à de 1990, instituiu-se

um silêncio, coberto por alguns clichês jornalísticos.

A partir das experiências revolucionárias do mundo burguês que emergia em torno do Atlântico Norte (Revolução Inglesa de 1642, Revolução Americana de 1776, e Revolução Francesa de 1789), forma-se a noção contemporânea de Revolução. Ela constitui tanto o instrumento de tomada do poder político, em geral de curto prazo, como um processo político, social e econômico de mudança da sociedade, incluindo a transformação do bloco de poder, em geral de longo prazo. A Revolução Inglesa foi precoce e a Americana periférica (embora com efeitos na América Latina). Já a Francesa, introduziu o elemento ideológico e social nas relações internacionais, de profundos impactos sistêmicos, rapidamente se transformando numa revolução (e numa contrarrevolução) internacionalizada (Chan & Williams 1994).

As revoluções e seus regimes

Para fins teóricos e metodológicos desse artigo, revolução significa uma mudança política brusca, geralmente violenta (mas nem sempre), com a derrubada de um regime e a luta pela construção de outro novo. Esta ruptura na ordem vigente busca efetuar alterações estruturais nos ordenamentos jurídico-político e socioeconômico. O elemento deflagrador de tal evento pode ser um levante popular, uma insurreição armada, um golpe de Estado ou até mesmo uma transição política relativamente pacífica. Mas, para estes elementos conjunturais serem eficazes, é necessário haver condições políticas objetivas favoráveis, domésticas e externas (Richards 2004).

Além das revoluções burguesas, das revoluções democrático-burguesas (com participação ativa da população) e das revoluções socialistas propriamente ditas, durante a segunda metade do século XX, desenvolveram-se as revoluções democrático-populares, especialmente em países periféricos. Trata-se das revoluções de libertação nacional, das democráticas, das anti-imperialistas e das “antifeudais” do Terceiro Mundo, geralmente ligadas à descolonização e ao nacionalismo. Nelas, os elementos deflagradores foram revoltas populares, mobilizações reformistas, golpes de Estado (inclusive militares) e lutas de guerrilha como as teorizadas e promovidas por Mao Zedong, Ho Chi Minh, Fidel e Raúl Castro e Che Guevara, Amílcar Cabral, entre outros (Silva 2004). Nelas, havia uma aliança entre segmentos da pequena burguesia e do campesinato, além de setores do operariado.

As teorias da revolução e do socialismo ainda estão fortemente

centradas nos casos europeus, sendo limitados o conhecimento e a reflexão sobre as experiências do Terceiro Mundo, em geral mais recentes e menos documentadas. Comumente, insiste-se em que os países periféricos “não estariam preparados” para a Revolução e para o socialismo, segundo uma interpretação restritiva. Ocorre que, durante a fase do imperialismo europeu, as contradições sociais mais agudas se deslocaram do centro para a periferia, onde o processo de proletarização se tornou mais acentuado, com o êxodo rural e a implantação da agricultura voltada ao mercado. É importante ressaltar que a dimensão internacional, já significativa nas revoluções clássicas, se torna ainda mais decisiva no quadro da crescente internacionalização aprofundada pelo capitalismo na periferia (Davis 1985).

Diferentemente do capitalismo, a dimensão política é a instância predominante e, assim, a economia é organizada segundo o princípio do planejamento econômico central (em lugar do mercado), com a propriedade coletiva dos grandes meios de produção e a estatização dos bancos e do comércio exterior. A sociedade tende a ser incorporada num organismo único, com políticas que buscavam a eliminação gradual das desigualdades e da universalização de políticas sociais como educação, saúde, habitação, transporte público, emprego e lazer. Este processo, num quadro de tensão extrema, foi materializado, historicamente, através de mecanismos autoritários e repressivos, embora socialmente paternalistas.

Revoluções e relações internacionais

As revoluções sempre estão relacionadas a fatores tanto internos quanto externos e, na sequência de sua concretização, necessariamente geram um impacto internacional na medida em que afetam regras internas nas quais a ordem (capitalista) internacional se baseia. “As Revoluções são eventos internacionais em suas causas e efeitos”, como lembra Fred Halliday (1999, 148). Neste sentido, inspiram forças políticas de outros países, tanto simpatizantes como adversárias. Normalmente as revoluções dão origem a guerras externas, geralmente associadas a guerras civis internas ou são delas resultantes.

Assim ocorreu na Rússia (cuja Revolução aconteceu durante a Primeira Guerra Mundial) e na China, países de grande relevância na ordem internacional. Nelas, ocorreram invasões externas, guerra civil e outros efeitos mundiais, como a criação da III Internacional (Comunista) e, posteriormente, a existência mais fluida do Movimento Comunista Internacional. Mas também foi o caso da Coreia, do Vietnã, de Cuba e da Nicarágua, nações menores da periferia do sistema mundial. As duas primeiras, apesar disso, adquiriram significado estratégico por estarem na

fronteira da China, zona onde o socialismo não estava consolidado.

Os dois últimos casos implicaram alterações dentro de área de influência direta dos Estados Unidos, caso de Cuba, que também teve grande atuação mundial no Terceiro Mundo, sobretudo através do Movimento dos Países Não Alinhados. Já a Coreia do Norte encontrava-se na fronteira chinesa e ao lado do Japão, zona estratégica para Washington, e a guerra de 1950-51 teve repercussão global. No mundo islâmico e no continente africano, por outro lado, esse aspecto revestiu-se de maior complexidade, dado que a construção do Estado nacional ainda se encontrava em fase inicial e, no primeiro caso, estava localizado na zona geopolítica do petróleo.

No caso africano, igualmente, as revoluções ocorreram durante a fase inicial de formação do Estado-nação, na esteira do colapso do aparato burocrático e repressivo colonial, com a exceção da Etiópia, onde ocorreu a conquista do aparelho estatal, que foi transformado e reforçado. Dessa maneira, as revoluções africanas alteraram o precário equilíbrio que ia se estabelecendo entre os jovens e frágeis Estados, gerando amplo efeito desestabilizador. Já a Revolução Iraniana teve características distintas, pois a corrente vitoriosa não se apoiou numa visão marxista, representando um movimento nacionalista, anti-imperialista e uma reação cultural ao Ocidente. Mas seu impacto internacional foi semelhante.

Periodização das revoluções do século XX

O socialismo de orientação marxista logrou, ao longo do século XX, impulsionar um conjunto de revoluções vitoriosas em sucessivas ondas. A primeira delas teve lugar na esteira da Primeira Guerra Mundial, com o triunfo da Revolução Russa e a construção do socialismo na URSS. A Revolução na Mongólia, por circunstâncias particulares, fez parte desse período. A segunda, decorrente dos movimentos antifascistas e dos resultados da Segunda Guerra Mundial, afetou o Leste europeu, tanto através das “revoluções pelo alto” apoiadas por Moscou, que constituiriam as Democracias Populares, quanto como por meio das revoluções autônomas da Iugoslávia e da Albânia. É importante ressaltar que países como a Alemanha, a Hungria, a Tchecoslováquia e a Bulgária protagonizaram, no final da Guerra (1918-23), revoluções e até (efêmeros) regimes socialistas, com a esquerda sendo, posteriormente, derrotada, às vezes por intervenção externa.

A terceira, que vinha se desenvolvendo paralelamente à anterior, teve como epicentro a Revolução Chinesa, iniciada já na década de 1920, caracterizada pela questão camponesa. Após um quarto de século de guerrilhas e guerras, a nação mais populosa do planeta tornou-se um

regime socialista. A Revolução Coreana e a primeira etapa da Indochinesa fazem parte dessa fase. As revoluções marxistas e regimes engendrados na primeira metade do século XX ocorreram “na periferia do centro”, ou seja, as potências capitalistas industriais que dominavam o centro do sistema entraram em conflito aberto (corrida imperialista, Primeira e Segunda Guerra Mundiais), enquanto lutavam por redefinir o sistema mundial e, dentro dele, a posição hegemônica. Assim, foi possível a vitória de duas revoluções e regimes estruturantes de nova realidade mundial, a soviética e a chinesa, que se encontravam na periferia do espaço geopolítico afetado pela gigantesca confrontação e transformação, bem como de alguns países membros.

Finalmente, na quarta e última, o movimento de descolonização e o nacionalismo do Terceiro Mundo protagonizaram o triunfo de diversas revoluções de orientação socialista, como a cubana, a vietnamita, a afegã, a sul-remenita e as africanas dos anos 1970. Elas ocorreram na segunda metade do século XX “no centro da periferia”, isto é, na região meridional do planeta ainda não industrializada, onde ocorria a expansão do *desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo* (Westad 2007; Davis 1985).

Dentre as referidas, apesar dos limitados recursos, duas acabaram se tornando paradigmáticas e tendo efeitos sistêmicos por todo o mundo, a cubana e a vietnamita. Evidentemente, elas estiveram ligadas e dependeram das duas grandes revoluções fundacionais, mas desenvolveram uma dinâmica própria. O caso da Revolução Iraniana pode ser enquadrado nessa categoria, embora seu desdobramento tenha sido diferente como projeto pós-revolucionário. De qualquer forma, a “islamização” do processo revolucionário não anula sua base republicana, modernizadora, anti-imperialista (mas não anticapitalista) e internacionalista (Haghighat 1985). Também nessa fase se encontram os casos da Argélia e de outras revoluções dos anos 1950-1960.

As revoluções africanas e seus impactos regionais e sistêmicos

A descolonização da África no início dos anos 1960 deixou de fora os chamados *bastiões brancos* do sul do continente. Portugal, que abrigava interesses econômicos transnacionais, recusou-se a conceder a independência a Angola e a Moçambique. A África do Sul, governada pela minoria branca (20% da população), controlava a Namíbia e na Rodésia (atual Zimbábue) os colonos brancos (5% da população) apoiaram Ian Smith na proclamação da independência em 1965, não reconhecida por Londres.

A África do Sul, onde a segregação racial do *apartheid* estava consagrada na Constituição, possuía grande força econômica e estava associada aos capitais estrangeiros e empresas transnacionais. A África austral, em seu conjunto, possuía imensas reservas de minerais estratégicos e potencialidades agrícolas, além de deter uma posição geopolítica estratégica na rota entre o Oceano Atlântico e o Índico.

A impossibilidade dos movimentos anticoloniais em lograr a independência, um governo de maioria negra ou mesmo o direito de participação política, em decorrência da intransigência de Lisboa e das minorias brancas, levou estas colônias a desencadear a luta armada. O Congresso Nacional Africano (CNA) abandonou as posições moderadas após o massacre de manifestantes negros em Sharpeville (1960), aliou-se ao PC sul-africano e iniciou uma guerrilha em condições difíceis, o que também ocorreu com a Organização do Povo do Sudoeste Africano (SWAPO) na Namíbia, em 1966, após a África do Sul recusar-se a devolver à ONU esse território que administrava em *fideicomisso* (direito provisório de administração concedido pela Liga das Nações), e com a ZAPU e a ZANU (respectivamente União Popular e União Nacional Africana do Zimbábue), com a declaração da independência da Rodésia pelos brancos.

Angola e Moçambique

Amílcar Cabral, ideólogo da luta armada de tendência marxista nas colônias portuguesas, lançou a guerrilha na Guiné-Bissau, enquanto diversos movimentos fundiam-se na Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo), também iniciando a luta. Em Angola, várias organizações igualmente desencadearam a guerra contra os portugueses. Estes grupos aglutinaram-se posteriormente em três movimentos, a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), a União Nacional para Independência Total de Angola (UNITA) - correntes moderadas e pró-ocidentais de base étnica do norte e do sul, respectivamente, e o Movimento Popular para Libertação de Angola (MPLA), de tendência socialista revolucionária e base urbana e interétnica (Chabal 2002).

Quinze anos após o início da luta armada, os movimentos de libertação seriam vitoriosos. Em Moçambique, a FRELIMO de Samora Machel, aglutinava movimentos de distintas orientações numa única organização, menos sólida ideologicamente e sob influência chinesa, e controlava parte do país quando a Revolução dos Cravos em Portugal precipitou os acontecimentos. Com a fuga da maior parte da elite branca, Moçambique passou a ser governado por um movimento predominantemente negro, que se proclamava marxista-leninista. Junto às fronteiras da Rodésia e da África

do Sul, países ainda controlados por minorias coloniais, intensificou-se o apoio aos guerrilheiros desses países. Na última, em 1976 ocorria o levante de Soweto, duramente reprimido pelo governo de minoria branca.

A independência de maior impacto internacional da África Portuguesa, entretanto, foi a de Angola, país com maiores potencialidades econômicas (petróleo, ferro, diamantes e minerais estratégicos) e com expressiva minoria branca. A divisão e o confronto entre os três grupos que lutavam pela independência acirraram-se quando da derrocada do fascismo português. A FNLA (vinculada aos Estados Unidos) e tropas de Zaire avançaram do norte para atacar a capital, Luanda, onde o MPLA era dominante. A invasão foi derrotada pelo MPLA com apoio de instrutores cubanos que começavam a chegar ao país. Entretanto, no sul os grupos da UNITA e o exército sul-africano desencadearam uma ofensiva-relâmpago contra o MPLA de Agostinho Neto. Iniciou-se então uma ponte aérea entre Havana e Luanda, com o envio de armas e vinte mil soldados. No centro do país as tropas cubanas (a maioria descendente de ex-escravos) e do MPLA derrotaram o exército sul-africano, um dos melhores do mundo (Chaliand 1982).

Etiópia

Na Etiópia, castigada pela miséria, seca e pelas guerrilhas muçulmanas e esquerdistas na Eritreia, o velho imperador pró-americano Haile Selassie foi derrubado em 1974 por um golpe militar com apoio popular. A junta militar (DERG) exprimia um populismo pouco definido, enquanto as oposições, o caos e as tendências centrífugas ameaçavam a existência do novo regime. Este, enquanto crescia a luta de facções dentro do grupo dirigente, ligava-se cada vez mais às correntes de esquerda e implementava uma ampla reforma agrária, mobilizava a população, rompia com os Estados Unidos e enfrentava os movimentos de oposição (Schwab 1985).

Em 1977, ascendeu à direção do DERG o coronel Mengistu Haile Marian. Enquanto definia-se pelo socialismo, as rebeliões separatistas ou autonomistas agitavam quase todas as províncias e a Somália atacou a Etiópia. A iniciativa somali foi claramente encorajada pela Arábia Saudita, Egito e Estados Unidos, enquanto URSS e Cuba acolhiam o pedido de auxílio de Mengistu. Fidel Castro visitou os dois países em litígio, tentando mediar o conflito através da proposta de formação de uma confederação, mas esbarrou com a negativa somali, que expulsou todos assessores soviéticos do país. Nesse momento, Moscou montou uma ponte aérea, enviando armas, assessores soviéticos e alemães orientais, além de dez mil soldados

cubanos. A guerra encerrou-se com a vitória da Etiópia, que consolidou seus laços com o campo socialista, enquanto a Somália aliava-se aos Estados Unidos.

Um ponto importante é que as revoluções africanas da década de 1970 ocorreram numa conjuntura em que era possível buscar alianças diplomático-militares alternativas em função da Guerra Fria, o que aprofundou os conflitos ligados a elas. O apoio cubano, soviético e alemão oriental foi um elemento importante, enquanto a China Popular exerceu um papel progressista apenas na Tanzânia, em Moçambique e no Zimbábue. Revoluções resultantes de longas guerrilhas, por sua vez, tiveram efeitos mais profundos, interna e/ou externamente, como foram os casos de Angola e Moçambique (onde um colonialismo arcaico foi eliminado completamente), bem como do Zimbábue (um resultado pactuado, mas que desarticulou o anel defensivo da África do Sul do *Apartheid*).

Na mesma linha, a revolução etíope derrubou um império milenar, aliado dos EUA numa região estratégica. Todos esses processos revolucionários propiciaram a eclosão de violentas e devastadoras guerras regionais com o envolvimento de grandes potências na África meridional e no Chifre africano. As revoluções africanas estiveram associadas, desde suas origens a redes internacionais e alteraram o perfil da descolonização, tendo permitido que países como Cuba exercessem papel relevante no continente. Da mesma forma, contribuíram decisivamente para a queda de ditaduras e promoveram processos de democratização em Portugal, na Rodésia/Zimbábue, na Namíbia e, finalmente, na África do Sul.

Outras revoluções com regimes socializantes

Dentre os golpes que produziram regimes esquerdistas e anti-imperialistas merecem referência, em 1969, o de Siad Barre na Somália, e o de Marien N'Gouabi no Congo, em 1972 de Mathieu Kérékou no Daomé/Benin, o dos militares em Madagascar (liderado por Ratsiraka desde 1975), e em 1977, em Seichelles Albert René e suas milícias esquerdistas tomaram o poder sem derramamento de sangue, proclamando uma república socialista, sendo que todos estes viriam a definir-se como marxista-leninistas (exceto Seichelles).

No Daomé, um dos países extremamente pobres, em 1972, um grupo de jovens oficiais derrubou o corrupto e instável regime neocolonial, adotando uma linha nacionalista e se aproximando da China, da Coreia do Norte e da Líbia. Tendo consolidado o poder em 1974, ele declarou seu regime marxista-leninista, afirmou buscar implantar um Estado e uma sociedade socialistas, através do Partido Revolucionário Popular. No ano

seguinte o país foi rebatizado de República Popular do Benin, com uma nova bandeira socialista. O Benin logrou obter estabilidade política, criou um sistema político e comunal de base e nacionalizou as grandes propriedades e empresas estrangeiras. A descoberta de petróleo permitiu certa melhoria econômica para a população.

O Congo-Brazzaville, de certa forma, possuía um padrão distinto, pois sua população urbana era expressiva e bastante politizada, com sindicatos e movimentos políticos. Já em 1963 o presidente Massemba Débat proclamou seu governo socialista, mas havia uma dualidade de poder, entre um exército neocolonial e a milícia da juventude do Movimento Nacional revolucionário. Assim, Marien N’Gouabi, um militar da ala esquerda do exército, assumiu o poder em 1969 e criou o Partido Congolês do Trabalho. Em 1973 foi promulgada uma nova Constituição, proclamada a República Popular do Congo, promovidas nacionalizações e adotada uma bandeira vermelha com os símbolos socialistas do trabalho. Quando preparava um congresso para radicalizar a Revolução, em 1977, ele foi assassinado, mas o golpe falhou e, em 1979, Denis Sassou N’Gesso assumiu a presidência, dando continuidade ao processo.

Em Madagascar, ocorreram distúrbios em 1972, os quais conduziram à destituição do governo neocolonial de Tsiranana e à implantação de um regime militar (liderado pelo Gen. Ramanantsoa) e a retirada das tropas francesas no ano seguinte. A instabilidade perdurou até 1975, quando o Capitão de Fragata Didier Ratsiraka assumiu o poder e implantou um regime de orientação socialista, apoiado por uma coalizão de partidos, a Frente Nacional da Revolução. A crise econômica do final dos anos 1980 obrigou o país abandonar a orientação socialista. A vitória eleitoral de Albert Zafy, em 1992, consolidou a adoção de uma economia de mercado no empobrecido e isolado país, mas em 1997 Ratsiraka voltaria ao poder por via eleitoral.

Nas ilhas Seichelles, no Oceano Índico, os britânicos permitiram a independência em 1976, com a fundação da República de Seichelles, com Mancham, pró-britânico, como presidente e Albert René como Primeiro Ministro. Um ano depois, quando Mancham se encontrava no exterior, as milícias do Partido Unido do Povo Seichelense (SPUP) tomaram o poder sem derramamento de sangue. Foi instituída a Frente Progressista do Povo Seichelense (SPPF) como partido único, e proclamada uma república socialista, que instituiu políticas sociais avançadas e declarou vasta área do Oceano Índico como Zona de Paz, proibindo a passagem de navios armados. Albert René foi continuamente reeleito, mesmo depois que o multipartidarismo foi implantado nos anos 1990. Ele se aposentou em 2004, ainda no cargo, e seu partido continua no poder até o presente.

O Alto Volta, ex-colônia francesa, tinha um instável e impopular

regime neocolonial desde a independência em 1960, que tinha de fazer frente à pobreza, agravada pela grande seca do Sahel no início dos anos 1980. Em 1983, o capitão Thomas Sankara, à frente de um grupo de jovens oficiais, conquistou o poder através de um golpe militar. O popular Sankara proclamou um regime socialista marxista-leninista que realizou uma reforma agrária e estabeleceu Comitês de Defesa da Revolução por todo o país, seguindo o modelo cubano. Em 1984, alterou o nome do país para Burkina Faso, composição de termos que, nas línguas locais, significa “Pátria de homens dignos”.

No plano diplomático, aproximou-se da Líbia, da URSS, de Cuba, de Benin, da R. P. do Congo e de Gana. A mobilização popular e o entusiasmo eram intensos, mas em 1987, Sankara foi derrubado e fuzilado pelo Capitão Blaise Compaoré, o qual, de início, deu continuidade às políticas de seu antecessor. Mais tarde, num contexto de dificuldades econômicas, ele buscou a ajuda dos organismos financeiros internacionais, mantendo um regime autoritário e um discurso populista (Visentini 2012; 2013).

A Guerra Fria na África e seu fim no Sistema Mundial

As independências não trouxeram paz aos novos regimes. Pelo contrário, a Etiópia teve de fazer frente a movimentos separatistas, contrarrevolucionários e uma invasão somali, todos apoiados pela Arábia Saudita e Estados Unidos. A presença de tropas e cooperantes cubanos e assessores e armas soviéticas e alemãs-orientais foram decisivas para a sobrevivência do regime. Grande parte dos seus escassos recursos era destinado à defesa e segurança (Coker 1985).

Na África Austral, Angola teve de enfrentar a UNITA e África do Sul, contando com apoio cubano e soviético, numa guerra convencional em que ocorreram imensas batalhas. Da mesma forma, Moçambique era alvo de ações de desestabilização sul-africana (que apoiava a insurgência da RENAMO). O apoio aos guerrilheiros (e depois de 1980 ao governo) do Zimbábue levaram a África do Sul à uma guerra total contra o país. Toda a região austral do continente foi envolvida no conflito (Schmidt 2013).

Na segunda metade dos anos 1980, as consequências dos conflitos africanos, da Nova Guerra Fria e da reestruturação da economia mundial continuavam a agravar a situação do continente. A União Soviética e os regimes revolucionários africanos, seus aliados, se encontravam numa posição cada vez mais difícil. Assim, quando o reformista Gorbachov chegou ao poder em 1985, procurou buscar um entendimento com os EUA, como forma de aliviar as tensões diplomáticas e deter a corrida armamentista e a corrosão econômica da própria URSS. (González 1987)

Contudo, é necessário destacar que o problema maior, apesar do impasse militar vigente nos conflitos regionais, se encontrava, sobretudo, na posição estratégica da URSS. Se a Etiópia era incapaz de derrotar as guerrilhas eritréias e outras, estas também não tinham condições de derrubar o regime, tal como ocorria em Angola, em Moçambique, na Nicarágua, no Kampuchea (Camboja) e no Afeganistão. Num primeiro momento, os EUA rejeitaram as propostas de negociação soviéticas. Contudo, com as crescentes dificuldades financeiras e econômicas dos próprios Estados Unidos (Halliday 1989), acabaram cedendo.

Em troca da redução da corrida armamentista e da retomada do processo de desarmamento nuclear, a URSS passou, em fins de 1987, a pressionar seus aliados regionais a buscar uma acomodação política, enquanto iniciava a redução da ajuda militar e econômica a estes. Esta inflexão, entretanto, encontrou resistência por parte dos aliados africanos e de Cuba. No Chifre da África, o regime etíope ficou na defensiva, mas permaneceu intransigente. Mas Moscou, na medida em que cede à Washington, mais perde em capacidade de negociação, a tal ponto que, no final da década, participará apenas no âmbito multilateral na resolução de conflitos envolvendo seus próprios aliados

Já na África do Sul, a situação foi mais complexa. Em 1988 as tropas cubano-angolanas derrotaram de forma esmagadora forças regulares sul-africanas e da UNITA em Cuito-Cuanavale, no sul de Angola, e a aviação cubana atacou a represa que fornecia energia para o norte da Namíbia. Ficava patente para a própria África do Sul, extremamente desgastada pela guerra, que chegara a hora de negociar. Os americanos propunham o princípio do *Linkage*: a retirada cubana em troca da independência da Namíbia, que Pretória acabou aceitando, ainda que buscando ganhar tempo (Gleijeses 2003).

Em 1989 os cubanos se retiraram de Angola (e do resto da África), no mesmo ano em que o muro de Berlim era aberto, iniciando-se o difícil processo eleitoral na Namíbia, sob os auspícios da ONU. Depois de se estabelecer prerrogativas especiais para a minoria branca e para o capital internacional, ocorreram eleições, que foram vencidas pela SWAPO. Em março de 1990 a Namíbia tornou-se independente. Ao mesmo tempo os ventos democratizantes, associados ao reordenamento mundial, varriam a África. Regimes de partido único eram substituídos, frente a pressões internas e externas, por sistemas liberal-democráticos multipartidários, Estados em guerra civil como Angola (maio de 1991) e Moçambique (outubro de 1992) assinavam acordos de Paz e os demais regimes marxistas eram derrubados, como na Etiópia, em maio de 1991. A própria África do Sul anunciou, em fevereiro do mesmo ano, o fim do *Apartheid*, após a libertação

do líder negro Nelson Mandela no ano anterior.

O fim da Guerra Fria, ainda que tenha trazido benefícios à África, como o encerramento de guerras convencionais, representou certa marginalização do continente, enquanto a globalização se tornava o vetor das relações internacionais. Todavia, o fim do *Apartheid*, a independência da Namíbia e a pacificação de Moçambique lançavam as bases de futuras transformações. A ascensão do CNA ao poder na África do Sul, ainda que através de um processo pactuado, representavam um salto qualitativo, que foi complementado por sua reinserção na África meridional, que iniciava um movimento de integração econômica.

Mas é importante salientar que as revoluções dos anos 1970 (africanas, centro-americanas e asiáticas) desequilibraram a ordem mundial e se tornaram conflitos regionais prolongados e violentos. Entre outras coisas, isso provocou uma mudança no sistema mundial e a emergência de uma contrarrevolução em escala planetária. A conjunção desses fenômenos pesou na luta interna que se travava na cúpula do Partido Comunista da União Soviética, contribuindo para seu colapso e para o fim da Guerra Fria.

Em que medida as revoluções e regimes socialistas se apoiavam no marxismo?

O marxismo, e, depois, a prática do marxismo-leninismo, representava uma doutrina que oferecia uma série de soluções atrativas para os grandes desafios a países que se lançaram no caminho da ruptura revolucionária e na tentativa de construção de uma sociedade pós-capitalista (Clapham 1996). A Etiópia, por exemplo, era um antigo império, com estruturas feudais, dominada pela Igreja Ortodoxa, que havia passado por um período de expansão, o qual a levou a controlar um território bastante amplo e com grandes diversidades étnicas.

Nesse sentido, o primeiro atrativo que o marxismo oferecia era, obviamente, o de uma *doutrina revolucionária de conquista e manutenção do poder*. Diferentemente da maioria dos Estados coloniais ou semicoloniais – que faziam a revolução, primordialmente, através de ideologias nacionalistas e anticolonialistas, buscando a libertação em primeiro lugar –, os revolucionários que abraçaram o marxismo (com maior ou menor sinceridade) o consideravam uma alternativa radical e progressiva ao *status quo* vigente. Isso se dava tanto no que se refere à organização de movimentos políticos e/ou armados para a conquista do poder e a mobilização de apoio popular, ou mesmo após conquistar o poder num quadro confuso de correlação de forças.

Em segundo lugar, o marxismo também oferecia a eles uma *doutrina de desenvolvimento*. Essa pregava a destruição do poder oligárquico que controlava o país até então, o qual era visto como uma obstrução ao bem-estar do povo, e a sua substituição por um Estado mais eficiente, combinado a um campesinato livre. Essa estratégia de desenvolvimento buscava paradigmas alternativos ao liberalismo de perfil neocolonial e à experiência puramente moralista e voluntarista e foi baseada, portanto, nas premissas de desenvolvimento marxistas, alicerçada em uma estrutura de planejamento central, distribuição socialista e, quando possível, industrialização.

Um terceiro e quarto apelo do marxismo-leninismo para o governo revolucionário era a *construção da nação*, fosse ela *unitária ou multiétnica*, e a *construção do Estado*. Como lidar com as divisões internas decorrentes do baixo nível de desenvolvimento, do legado histórico e das manipulações dos colonizadores ou agentes externos? Era necessário forjar uma nação em novas bases. Certamente, a URSS, que combinava um governo central efetivo ao respeito às identidades culturais de diversas nacionalidades e a um considerável nível de autonomia, consistia em um modelo atrativo. Numa relação dialética com este fator, os novos governos egressos do colonialismo ou do neocolonialismo contavam com aparatos administrativos limitados internamente e viciados pela dominação externa, direta ou indireta. Era necessário organizar um aparato capaz de dar conta da gigantesca transformação e conflitos que se avizinhavam, um Estado de novo tipo. Assim, o marxismo-leninismo também era uma *ideologia de controle estatal*.

Por fim, o quinto apelo do marxismo-leninismo para um governo revolucionário era a sua utilização como *fonte de apoio internacional* em um contexto de Guerra Fria. A URSS, a China e a comunidade socialista em geral representavam, portanto, a única fonte consistente de suprimentos militares, legitimação, apoio político e econômico. A necessidade de conquistar suporte externo foi condição necessária para a sobrevivência de muitos dos regimes marxistas. Todavia, a ajuda soviética, além de criar certos laços de dependência, ficou geralmente restrita ao campo militar, deixando muito a desejar no campo econômico e financeiro.

Conclusão

O caso das revoluções africanas é paradigmático, tanto do ponto de vista prático como teórico. Uma periferia sem valor estratégico, subitamente, vivencia um conjunto de processos de mudanças revolucionárias, que acabaram envolvendo até mesmo as superpotências. Por mais que tal fenômeno tenha custado caro aos africanos, com mortes e destruição,

certamente reposicionou o continente no Sistema Mundial. E se esse ciclo de revoluções se encerrou com o desaparecimento do bloco soviético, não significa que não volte a ocorrer novas revoluções nem o desaparecimento do socialismo como regime político. Basta um olhar sobre a História de Longa Duração, sobre as tensões que se acumulam nos dias atuais e sobre a tentativa de evitar até a mínima mudança política em qualquer nação.

Assim, o que para algumas correntes teóricas e políticas representou uma perturbação da ordem não só “vigente”, mas “natural”, para outros significou um salto qualitativo e uma renovação. Ondas de choque foram desencadeadas, comprovando que tanto a causa como o efeito das revoluções estavam associadas às relações internacionais. O fato de que a academia evite discutir a questão e inserir as rupturas revolucionárias em seu menu temático, demonstra que o conhecimento possui uma dimensão política instrumental. E pouco temos feito para compreender os processos de *mudança* na estrutura de poder mundial, pois, mesmo a mais sólida das ordens pode se dissolver no ar.

REFERÊNCIAS

- Arrighi, Giovanni. 1996. *O longo século XX*. São Paulo: Unesp.
- Brucan, Silviu. 1974. *La disolución del poder. Sociología de las relaciones internacionales y políticas*. Mexico: Siglo XXI.
- Buzan, Barry, and WAEVER, Ole. 2003. *Regions and powers. The Structure of International Security*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Cabral, Amílcar. 1980. *A arma da teoria*. Rio de Janeiro: Codecri.
- Chabal, Patrick (Ed). 2002. *A History of Postcolonial Lusophone Africa*. London: C. Hurst & Co.
- Chaliand, Gerard. 1982. *A luta pela África. Estratégia das potências*. São Paulo; Brasiliense.
- Chan, Stephen and Williams, Andrew. 1985. *The Renegade States. The evolution of revolutionary foreign policy*. Manchester: Manchester University Press.
- Chazan, Naomi; Mortimer, Robert; Ravenhill, John; and Rotchild, Donald. 1992. *Politics and society in contemporary Africa*. Boulder: Lynne Rienner Publishers.
- Clapham, Christopher. 1996. *Africa and the international system: the politics of state survival*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Coker, Christopher. 1985. *NATO, the Warsaw Pact and Africa*. New York: St.

Martin's Press.

- Davis, Mike. 1985. "O imperialismo nuclear e dissuasão extensiva", In *Exterminismo e Guerra Fria* edited by in Thompson, Edward, and others. São Paulo: Brasiliense.
- Fontaine, André. 1967 (2 vols). *Histoire de la Guerre Froide (1917-1962)*. Paris: Fayard.
- _____. 1982. *Histoire de la "détente" (1962-1981)*. Paris: Fayard.
- _____. 1995. *Après eux, le Déluge. De Kaboul à Sarajevo 1979-1995*. Paris: Fayard.
- Gleijeses, Piero. 2003. *Conflicting Missions: Havana, Washington, Pretoria*. South Africa: Galago Books.
- González, Carmen (Ed.). 1987. *Cambio e contrarrevolucion en África Meridional*. La Habana: Ed. de Ciencias Sociales.
- Halliday, Fred. 1999. *Revolution and World Politics. The rise and fall of the sixth great power*. Durham: Duke University Press.
- _____. 1983. *Génesis de la Segunda Guerra Fria*. Mexico: Fondo de Cultura Económica.
- _____. 1989. *Cold War, Third World*. London: Hutchinson Radius.
- Markakis, John (Ed.). 1986. *Military marxists regimes in Africa*. London: Frank Cass.
- Moore Jr., Barrington. 1975. *As origens sociais da ditadura e da democracia*. Lisboa: Cosmos.
- Richards, Michael D. 2004. *Revolutions in World History*. Nova York: Routledge.
- Skocpol, Theda. 1979. *States and Social Revolutions*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Silva, Francisco Carlos Teixeira da (Org.). 2004. *Enciclopédia de Guerras e Revoluções do Século XX*. Rio de Janeiro: Elsevier.
- Schwab, Peter. 1985. *Ethiopia: politics, economics and society*. London: Francis Pinter.
- Schmidt, Elizabeth. 2013. *From the Cold War to War on Terror*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Visentini, Paulo F. 2012. *Revoluções Africanas: Angola, Etiópia e Moçambique*. São Paulo: Ed. UNESP.
- Visentini, Paulo; Pereira, Analúcia D.; Martins, José M.; Ribeiro, Luis D.; e Gröhmman, Luis G. 2013. *Revoluções e Regimes Marxistas: Rupturas, experiências e impacto internacional*. Porto Alegre: Leitura XXI/NER-INT-UFRGS.

Westad, Odd Arne (Ed.). 2007. *The Global Cold War*. Cambridge: Cambridge University Press.

RESUMO

Análise do impacto das Revoluções nas Relações Internacionais e no Sistema Mundial como elementos constitutivos e renovadores. Crítica a posição das teorias que consideram um fenômeno interno que causa uma perturbação sistêmica, enfocando o caso das Revoluções Africanas da década de 1970. Explora a dimensão internacional das mesmas, considerando seu impacto no tocante ao fim da Guerra Fria, mesmo tendo ocorrido na periferia do sistema mundo.

PALAVRAS-CHAVE

Revoluções e Relações Internacionais; Revoluções Africanas; Angola, Moçambique, Etiópia.

Recebido em 03 de março de 2016.

Aprovado em 29 de abril de 2016.